



Universidade de Brasília - UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável

Plano de Ensino
Ciência e Gestão da Sustentabilidade

Carga horária: 04 créditos (60 horas)

Professora: Ana Karine Pereira (*lattes*: <http://lattes.cnpq.br/6471480254855094>)

Contato: ana.pereira@unb.br

Descrição do Curso

A disciplina Ciência e Gestão da Sustentabilidade aborda a crise climática e as questões ambientais a partir da perspectiva do Estado e da administração pública. Especificamente, o curso enfatiza a dimensão da gestão pública da sustentabilidade, examinando como o Estado formula, coordena, implementa e transforma políticas públicas voltadas à proteção ambiental e ao enfrentamento das mudanças climáticas. São discutidos os regimes internacionais, a formação e a evolução do Estado ambiental, os ciclos de políticas públicas, as capacidades estatais necessárias à produção e implementação de políticas, a atuação das burocracias, a governança multinível e os efeitos das disputas políticas sobre a ação governamental. A disciplina também aborda instrumentos de política pública ambiental e processos de mudança institucional no setor ambiental.

O curso combina fundamentos teóricos (dos campos de políticas públicas, ciência política, relações internacionais e administração pública), literatura comparada e estudos de caso nacionais e internacionais, incentivando a aplicação de diferentes abordagens analíticas para compreender os fatores que fortalecem ou limitam a capacidade do Estado de promover a sustentabilidade.

Objetivos

Objetivo Geral

Compreender como capacidades estatais, instituições e processos políticos influenciam a formulação, implementação, coordenação e transformação das políticas públicas ambientais em diferentes contextos nacionais e internacionais.

Objetivos Específicos

- Compreender o papel do Estado na crise ambiental e dos regimes internacionais;
- Compreender os principais referenciais teóricos sobre Estado ambiental, capacidades estatais e políticas públicas ambientais;
- Analisar o ciclo das políticas públicas aplicado aos desafios ambientais;
- Discutir como capacidades analíticas, administrativas, políticas e relacionais influenciam os resultados das políticas ambientais;
- Analisar criticamente a atuação das burocracias ambientais e sua interação com atores políticos e sociais;
- Compreender os efeitos do federalismo e da governança multinível sobre a implementação de políticas ambientais;
- Aplicar modelos analíticos de análise de políticas públicas a estudo de casos nacionais e internacionais;
- Elaborar análises comparativas sobre a evolução das capacidades estatais ambientais.

Metodologia de Ensino

O curso está organizado em aulas expositivas, **notas de reação**, **estudos de caso** e **prova escrita**.

- 1- **Aulas expositivas**: as aulas expositivas são de responsabilidade da professora e têm como objetivo sistematizar os conhecimentos essenciais dos tópicos abordados na disciplina. Todo encontro será iniciado com uma aula expositiva de duração de aproximadamente 50 minutos.
- 2- **Notas de reação**: as notas de reação têm como objetivo estimular a leitura crítica da bibliografia obrigatória e subsidiar as discussões em sala. Ao longo do semestre, cada estudante elaborará quatro notas de reação, com aproximadamente duas páginas, discutindo os principais argumentos dos textos, suas contribuições teóricas e metodológicas, suas limitações e possíveis aplicações ao campo das políticas públicas ambientais. Espera-se que as notas privilegiem a análise crítica, evitando resumos descritivos da literatura. Deve ser entregue dois dias antes da aula.
- 3- **Estudos de caso**: os estudos de caso constituem atividades aplicadas destinadas a aproximar os referenciais teóricos discutidos em sala de problemas concretos da gestão ambiental. Em duplas, os estudantes deverão analisar políticas

públicas ambientais utilizando os conceitos e modelos discutidos na disciplina. Avaliação mediante apresentação oral.

- 4- **Prova:** a prova será escrita, individual e sem consulta.

Avaliação

Modalidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Notas de reação:	4	5%	20%
Estudos de caso	1	25%	25%
Prova	2	20%	40%
Participação qualificada	-	15%	15%

*A participação qualificada será avaliada considerando a preparação prévia para as aulas, a realização das leituras obrigatórias, a qualidade das contribuições durante as discussões, a capacidade de relacionar teoria e evidências empíricas e a participação nas atividades propostas ao longo do semestre.

Orientações gerais

- 1- A leitura prévia da bibliografia obrigatória é fundamental para o entendimento dos tópicos abordados e acompanhamento adequado da disciplina. Caso a/o discente deseje se aprofundar em algum tópico, os textos da bibliografia complementar foram inseridos com este intuito.
- 2- De acordo com a legislação brasileira sobre propriedade intelectual, a gravação e filmagem de aulas só pode ocorrer mediante autorização da docente.
- 3- Política de gênero: as divergências de ideias e pontos de vista são muito bem-vindas. Elas são o verdadeiro motor da aprendizagem e do conhecimento. Mas pesquisas mostram que é comum que homens monopolizem a participação e o debate. Especialmente em aulas de pós-graduação, que muitas vezes envolvem debates com defesa acalorada de diferentes pontos de vista, é comum a interrupção das falas das mulheres (ver mansplaining e maninterrupting). Esse comportamento deve ser evitado pelos alunos, e será controlado pela professora. Buscando evitar essa situação, mulheres terão prioridade para tecer

comentários e é muito importante que todos e todas levantem a mão para intervir, evitando interrupções.

4- Os textos da disciplina podem ser acessados em:

https://drive.google.com/drive/folders/1S5cp8M4t0lYcJ6KhLNVhKBkwVdC3G8jB?usp=share_link

5- Frequência:

- a. De acordo com as normas da UnB (regimento geral e resolução CEPE nº 080/2021), a aprovação em disciplinas exige presença mínima de 75% de presenças nas aulas. Caso o limite seja ultrapassado, independentemente do motivo, o aluno será reprovado. Atestados médicos justificam (por exemplo, o trancamento da disciplina), mas não abonam falta.
- b. A frequência é registrada semanalmente após a aula no SIGAA. Caso haja inconsistência, o/a aluno/a tem uma semana para contestação e correção.
- c. Caso a/o aluna/o chegue atrasado, saia mais cedo ou se retire por mais de 15 minutos da sala de aula, ela/ele não receberá presença.

6- Política de uso de Inteligência Artificial Generativa

- a. O uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) Generativa, como ChatGPT, Gemini e Copilot, é permitido exclusivamente como apoio ao processo de aprendizagem, não podendo substituir a autoria, a leitura, a reflexão crítica e a análise da/o estudante.
- b. O uso de IA deverá ser explicitamente informado, indicando a ferramenta utilizada, a finalidade do uso e, quando pertinente, o prompt e a data de utilização.
- c. Não é permitido utilizar IA para produzir respostas, análises, argumentos ou trabalhos que sejam apresentados como produção própria da/o estudante, nem para substituir a leitura e a reflexão exigidas nas atividades avaliativas.
- d. A utilização de conteúdo gerado por IA sem a devida identificação e referência será considerada falta de integridade acadêmica, nos mesmos termos do uso não referenciado de outras fontes.
- e. A não observância desta política poderá implicar a reprovação na disciplina e a adoção das medidas disciplinares cabíveis, conforme as normas institucionais.

Programação

Aula 1 – Apresentação da Disciplina

Não há leituras obrigatórias para esta aula.

Formação das duplas dos estudos de caso!!

Aula 2 – Governança ambiental global, regimes e o papel do Estado no setor ambiental

Tema: o papel do Estado, dos regimes internacionais e dos atores não estatais na governança ambiental. Como Estados cooperam em problemas ambientais globais? Quais são os limites dos acordos internacionais? Qual o papel de empresas, organizações e movimentos sociais?

Bibliografia obrigatória:

KEOHANE, Robert O.; VICTOR, David G. The regime complex for climate change. *Perspectives on Politics*, v. 9, n. 1, p. 7-23, 2011.

ALLEN, Jen Iris et al. Making the Paris Agreement: historical processes and the drivers of institutional design. *Political Studies*, v. 71, n. 3, p. 914-934, 2023.

Dauvergne, Peter. 2017. Is the Power of Brand-Focused Activism Rising? The Case of Tropical Deforestation. *Journal of Environment and Development* 26(2): 135-155.

Suiseeya, Kimberly R. Marion, Laura Zanotti, and Kata Haapala. 2022. Navigating the Spaces Between Human Rights and Justice: Cultivating Indigenous Representation in Global Environmental Governance. *Journal of Peasant Studies* 49(3): 604-628.

Leituras se você não tiver familiaridade com teorias das Relações Internacionais:

Hale, Thomas. 2020. Catalytic Cooperation. *Global Environmental Politics* 20(4): 73-98.

Newell, Peter. 2008. The Political Economy of Global Environmental Governance. *Review of International Studies* 34(3): 507-529.

Nota de reação!!

Aula 3 – Políticas públicas e o Estado ambiental

Tema: fundamentos da análise de políticas públicas aplicados à sustentabilidade. O que são políticas públicas? O que são políticas públicas ambientais? O que são e como surgem os “Estados ambientais”?

Bibliografia obrigatória:

MEADOWCROFT, James. From welfare state to ecostate. In: BARRY, John; ECKERSLEY, Robyn (ed.). *The State and the Global Ecological Crisis*. Cambridge, MA: MIT Press, 2005. p. 3–23.

MEADOWCROFT, James. Greening the state? In: STEINBERG, Paul F.; VANDEVEER, Stacy D. (ed.). *Comparative Environmental Politics: Theory, Practice, and Prospects*. Cambridge, MA: MIT Press, 2012. p. 67–87.

Duit, Andreas; Feindt, Peter H.; Meadowcroft, James. (2016). "Greening Leviathan: The Rise of the Environmental State?" *Environmental Politics*.

REA, Christopher M.; FRICKEL, Scott. The Environmental State: Nature and the Politics of Environmental Protection. *Sociological Theory*, v. 41, n. 3, p. 255–281, 2023.

Se você não tem familiaridade com o campo de públicas:

KNOEPFEL, Peter et al. Public policy. In: *Public Policy Analysis*. Bristol, 2007. p. 21-38.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Introdução: por que estudar política pública? In: *Política pública: seus ciclos e subsistemas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. *Perspectivas analíticas em políticas públicas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2025.

Estudo de caso 1: Quais são as características do “Estado Ambiental” em diversos países? Como eles foram institucionalizados? O que determina o sucesso ou fracasso desses países na área ambiental?

Leitura inicial:

Dryzek, John S.; Hunold, Christian; Schlosberg, David; Downes, David; Hernes, Hans-Kristian. (2002). "Environmental Transformation of the State: The USA, Norway, Germany and the UK." *Political Studies*.

Aula 4 – Instituições ambientais brasileiras e formação do Estado ambiental brasileiro

Temas: História institucional da política ambiental brasileira. Como surgiu a política ambiental brasileira? Quais instituições sustentam a governança ambiental? Como mudanças políticas afetam essas instituições?

Bibliografia obrigatória:

HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret. Building environmental institutions. In: *Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society*. Duke University Press, 2007. Cap. 1.

HOCHSTETLER, Kathryn. Environmental politics and policy. In: AMES, Barry (ed.). *Routledge Handbook of Brazilian Politics*. New York: Routledge, 2019.

SILVA-MULLER, Livio. Reach and retrenchment of the environmental state: global climate politics in the Amazon rainforest. *American Journal of Sociology*, v. 132, n. 1, p. 1-51, 2026.

Bibliografia complementar:

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil. In: Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. MOURA, Adriana Maria Magalhães de (Org.). Brasília: Ipea, 2016, cap. 1.

Nota de reação!!

Aula 5 – O ciclo de políticas públicas: agendamento e a gestão ambiental

Tema: O processo de construção da agenda pública e a definição de problemas ambientais como questões de governo. Como problemas ambientais entram na agenda pública? Quais atores influenciam a definição dos problemas ambientais? Como disputas políticas moldam as prioridades governamentais?

Bibliografia obrigatória:

BRUNNER, Steffen. Understanding policy change: Multiple streams and emissions trading in Germany. *Global Environmental Change*, v. 18, n. 3, p. 501–507, 2008.

BATISTA, Mariana. Conteúdo importa: a agenda de políticas públicas. In: OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). *Perspectivas analíticas em políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025. p. 205-233.

Para aprofundamento nos modelos de análise de políticas públicas

WEIBLE, Christopher M. (ed.). *Theories of the Policy Process*. 5. ed. New York: Routledge, 2023. Cap. 1 e 2

Estudo de caso 2:

Aplicação de um modelo de análise de políticas públicas para analisar o Marco Regulatório do Licenciamento Ambiental.

Questões orientadoras:

- Como o problema entrou na agenda?
- Quais atores participaram do processo?
- Quais interesses estavam envolvidos?
- Quais vantagens e limites o modelo escolhido apresenta para explicar a política aprovada?

Aula 6 – O ciclo de políticas públicas: desenho, instrumentos de política ambiental e policy mixes

Temas: Instrumentos de políticas públicas e combinações de instrumentos para enfrentar desafios ambientais complexos. Como governos escolhem instrumentos de política ambiental? Quais combinações produzem melhores resultados? Como instrumentos econômicos, regulatórios e informacionais interagem?

Bibliografia obrigatória:

ROGGE, Karoline S.; SONG, Qi. Policy mixes for addressing environmental challenges: conceptual foundations, empirical operationalisation, and policy implications. In: JÖRGENS, Helge; KNILL, Christoph; STEINEBACH, Yves (ed.). *Routledge Handbook of Environmental Policy*. London: Routledge, 2023. p. 327-346.

LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de; LUI, Lizandro. Desenho de políticas públicas: primórdios do debate e avanços recentes. In: OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). *Perspectivas analíticas em políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2025. p. 259-290.

Se você não tem familiaridade com o campo de públicas:

HOWLETT, Michael. Policy instruments and policy design choices. In: *Designing Public Policies: Principles and Instruments*. London: Routledge, 2019. Parte 4.

VEDUNG, Evert. Policy instruments: typologies and theories. In: BEMELMANS-VIDEC, Marie-Louise; RIST, Ray; VEDUNG, Evert (ed.). *Carrots, Sticks and Sermons: Policy Instruments and Their Evaluation*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998. Cap. 1 e 6.

Estudo de caso 3:

Análise dos instrumentos utilizados pelo Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal:

Leitura inicial

CAPOBIANCO, João Paulo. *Amazônia: uma década de esperança*. São Paulo: Estação Liberdade, 2021. Capítulos 3 e 4.

Aula 7 – Prova 1

Aula 8 – O ciclo de políticas públicas: Implementação e capacidades administrativas

Tema: A distância entre formulação e implementação das políticas públicas ambientais. Por que políticas ambientais falham? O que determina o sucesso da atuação estatal na área ambiental? O Estado possui capacidade para implementar políticas ambientais? Qual o papel da capacidade administrativa?

Bibliografia obrigatória:

TOSUN, Jale; SCHAUB, Simon. Environmental policy implementation. In: JÖRGENS, Helge; KNILL, Christoph; STEINEBACH, Yves (ed.). *Routledge Handbook of Environmental Policy*. London: Routledge, 2023. p. 136-150.

PEREIRA, Ana Karine; ABERS, Rebecca; MERTENS, Frédéric. A construção de capacidades estatais em políticas de infraestrutura: demandas socioambientais e heterogeneidades estatais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 3, 20

WU, Xun; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael. Policy capacity: a conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. *Policy and Society*, 2015.

Bibliografia complementar:

PRESSMAN, Jeffrey; WILDAVSKY, Aaron. *Implementation*. Berkeley: University of California Press, 1973.

Estudo de caso 4:

O que determina o sucesso ou fracasso da política ambiental em diferentes países?

Leitura inicial:

Meckling, J. (2018). *The Power of Process: State Capacity and Climate Policy*. *Governance*, 31(4), 741–757.

Aula 9- Federalismo e gestão ambiental

Tema: Governança ambiental multinível e coordenação federativa. Como a divisão de competências influencia políticas ambientais? Quais são os limites e possibilidades da descentralização? Como ocorre a coordenação entre União, estados e municípios?

Bibliografia obrigatória:

ARRETCHE, Marta. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

NEVES, Estela Maria Souza Costa. Política Ambiental, municípios e cooperação intergovernamental no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, 2012.

Bibliografia complementar:

LEME, Taciana Matos. Governança Ambiental no Nível Municipal. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (org.). *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016. Cap. 6.

Nota de reação!!

Aula 10 – Semana de leitura!

Aula 11 – Política, burocracia e alta burocracia no setor ambiental

Tema: Nomeações políticas, burocracia ambiental e representação de interesses. A politização da burocracia reduz ou aumenta capacidade estatal? Quais interesses a alta burocracia representa? Quando a permeabilidade burocrática favorece políticas públicas? Como interesses organizados influenciam instituições ambientais?

Bibliografia obrigatória:

JÖRGENS, Helge; KNILL, Christoph; STEINEBACH, Yves (ed.). *Routledge Handbook of Environmental Policy*. London: Routledge, 2023. Capítulo 8.

HOCHSTETLER, Kathryn. Tracking presidents and policies: environmental politics from Lula to Dilma. *Policy Studies*, v. 38, n. 3, p. 262-276, 2017.

PEREIRA, Ana Karine; OLIVEIRA, Marília Silva de; TARGINO, Yasmin de Oliveira; MARTINS, Marcela Ibiapino. *Permeabilidade ou insulamento burocrático? A representação de interesses na gestão ambiental através da nomeação da alta burocracia*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2026. (Texto para Discussão, n. 3208).

ABERS, Rebecca Neaera; OLIVEIRA, Marília Silva de. Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003–2013): interconexões entre ONGs, partidos e governo. *Opinião Pública*, v. 21, n. 2, p. 336-364, 2015.

Leitura complementar

BATISTA, Mariana; LOPEZ, Felix G. Ministerial typology and political appointments: where and how do presidents politicize bureaucracy? *Brazilian Political Science Review*, v. 15, n. 1, 2021.

Estudo de caso 5:

Transformações da alta burocracia ambiental brasileira.

Comparação entre diferentes governos e impactos sobre:

- desenho institucional;
- capacidade estatal;
- continuidade de políticas ambientais.

Leitura inicial:

Pereira, A. K., Apollo, G., Targino, Y. O., Lima, L. D. M. T. D., Mota, M., Lopes, W., & Rosim, D. (2026). A reconstrução de capacidades estatais: um estudo da política ambiental e climática brasileira. *Opinião Pública*, 32, e32104.

Aula 12 – Policy Dynamics na gestão ambiental

Tema: Mudança, continuidade e transformação das políticas ambientais. Como políticas ambientais mudam ao longo do tempo? O que explica avanços e retrocessos institucionais? Como crises e eventos externos influenciam mudanças políticas?

Bibliografia obrigatória:

SPRINZ, Detlef F. The challenge of long-term environmental policy. In: JORDAN, Andrew; HUITEMA, Dave (ed.). *Routledge Handbook of Environmental Policy*. London: Routledge, 2022.

Pereira, A. K., Apollo, G., Targino, Y. O., Lima, L. D. M. T. D., Mota, M., Lopes, W., & Rosim, D. (2026). A reconstrução de capacidades estatais: um estudo da política ambiental e climática brasileira. *Opinião Pública*, 32, e32104.

BIRKLAND, Thomas A. *Lessons of Disaster: Policy Change after Catastrophic Events*. Washington, DC: Georgetown University Press, 2006. Cap 1.

Estudo de caso 6:

Análise de mudança de política ambiental após desastre.

Sugestão:

BIRKLAND, Thomas A. *Lessons of Disaster: Policy Change after Catastrophic Events*. Washington, DC: Georgetown University Press, 2006. Cap 4.

Aula 13- Desafios políticos para a gestão ambiental

Tema: Disputas políticas sobre sustentabilidade, negacionismo climático e enfraquecimento institucional. Por que políticas ambientais se tornam alvo de disputas políticas? Como ideologias influenciam políticas climáticas? Como ocorre o desmantelamento de políticas ambientais?

Bibliografia obrigatória:

CHEN, Catherine; ASCHENBRENNER, Christian. Environmental policymaking in authoritarian countries: the cases of Singapore and Russia. In: JORDAN, Andrew; HUITEMA, Dave (ed.). *Routledge Handbook of Environmental Policy*. London: Routledge, 2022.

FORCHTNER, Bernhard. Climate change and the far right. *WIREs Climate Change*, v. 10, e604, 2019.

MIGUEL, Jean Carlos. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 37, n. 1, 2022.

PEREIRA, Ana Karine et al. Populism and the dismantling of Brazil’s deforestation oversight policy. *Brazilian Political Science Review*, v. 18, n. 1, e0006, 2024.

Bibliografia complementar:

BAUER, Michael W.; BECKER, Stefan. Democratic backsliding, populism, and public administration. *Perspectives on Public Management and Governance*, v. 3, n. 1, p. 19-31, 2020.

BAUER, Michael W. et al. *Democratic Backsliding and Public Administration: How Populists in Government Transform State Bureaucracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

Nota de reação!!

Aula 14 – Prova 2!!

Aula 15 – Encerramento e avaliação da disciplina